

Centro de Apoio a Idosos
Freguesia Rio de Moinhos

Demonstrações Financeiras

31 Dezembro de 2015

Índice

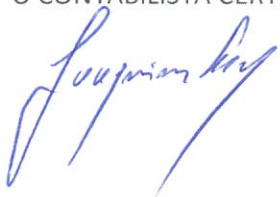
Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Anexo	6
1. Identificação da Entidade.....	6
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	6
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	7
3.1. Bases de Apresentação	7
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	12
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	12
6. Inventários	13
7. Rédito.....	13
8. Subsídios do governo e Apoios do Estado	13
9. Benefícios dos empregados	14
10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	14
11. Outras Informações.....	14
11.1. Outras contas a receber	14
11.2. Diferimentos	15
11.3. Caixa e Depósitos Bancários	15
11.4. Fundos Patrimoniais.....	15
11.5. Fornecedores	16
11.6. Estado e Outros Entes Públicos.....	16
11.7. Outras Contas a Pagar	16
11.8. Fornecimentos e serviços externos.....	17
11.9. Outros rendimentos e ganhos	17
11.10. Outros gastos e perdas	17
11.11. Resultados Financeiros.....	18
11.12. Acontecimentos após data de Balanço.....	18

Balança

Rubricas	Notas	2015	2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		241.527,01	250.474,11
Investimentos financeiros		165,71	34,41
Subtotal		241.692,72	250.508,52
Activo corrente			
Inventários		300,02	1.012,74
Clientes		4.919,42	4.391,19
Estado e outros entes públicos		210,11	0,00
Outras contas a receber		631,17	586,66
Diferimentos		814,29	797,88
Caixa e depósitos bancários		10.747,17	3.801,94
Subtotal		17.622,18	10.590,41
Total do activo		259.314,90	261.098,93
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados		40.069,65	39.023,34
Outras variações de fundos patrimoniais		200.568,41	207.795,19
Subtotal		240.638,06	246.818,53
Resultado líquido do exercício		4.900,04	1.046,31
Total do capital próprio		245.538,10	247.864,84
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		3.558,12	3.499,00
Estado e outros entes publicos		2.401,68	2.031,57
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a pagar		7.817,00	7.703,52
Subtotal		13.776,80	13.234,09
Total do Passivo		13.776,80	13.234,09
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		259.314,90	261.098,93

Rio de Moinhos,

O CONTABILISTA CERTIFICADO



N
A
J
G
J

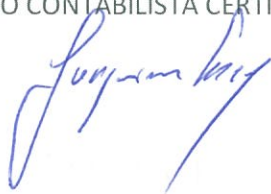
A DIRECÇÃO
João Paulo Leitão Rosado
Rafael Marques
Nuno Miguel
Ana Cristina Jacinto de Feres
João Manuel Vasco de Sá
António Carlos Lopes Pedro
p. 17 - 1 Direct

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Rendimentos e Gastos	Notas	2015	2014
Vendas e serviços prestados		53.831,12	49.941,84
Subsídios, doações e legados à exploração		58.373,28	53.854,87
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-28.477,31	-31.195,09
Fornecimentos e serviços externos		-20.176,29	-21.043,33
Gastos com o pessoal		-79.617,99	-59.416,23
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		33.186,45	19.469,40
Outros gastos e perdas		-3.271,75	-1.597,87
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		13.847,51	10.013,59
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-8.947,10	-8.967,28
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4.900,41	1.046,31
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-0,37	0,00
Resultado antes de impostos		4.900,04	1.046,31
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		4.900,04	1.046,31

Rio de Moinhos,

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO

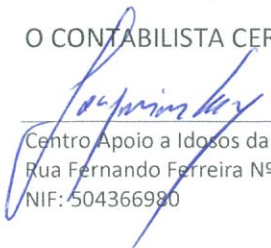
João Paulo Leitão Rosado
 Rui Manuel Marques
 Nuno Miguel - J.
 Ana Cristina Jacinto de Barros
 João Manuel Vasco de Brito
 António Luís Pedro
 J. J. J. J.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		Dezembro 2015	Dezembro 2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		59.180,30	52.605,73
Pagamentos a fornecedores		47.809,26	53.878,87
Pagamentos ao pessoal		79.461,88	59.283,35
Caixa gerada pelas operações		(68.090,84)	(60.556,49)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		73.582,47	62.943,80
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		5.491,63	2.387,31
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,10	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		131,30	34,41
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento		1.585,37	
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		1.453,97	(34,41)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		0,37	
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(0,37)	
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		6.945,23	2.352,90
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.801,94	1.449,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período		10.747,17	3.801,94

Rio de Moinhos,

O CONTABILISTA CERTIFICADO


 Centro Apoio a Idosos da Freguesia Rio de Moinhos
 Rua Fernando Freire Nº 1
 NIF: 504366990

A DIRECÇÃO
 João Paulo Coutinho Resende
 Daniel Henrique
 Ana Cristina Jacinto de Melo
 João Manuel Vasco de Sá
 António Manuel de Sá

Anexo

1. Identificação da Entidade

O CENTRO APOIO A IDOSOS DA FREGUESIA RIO DE MOINHOS é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados e aprovados pelo decreto-lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro alterado pelo decreto-lei nº 402/85 de 11 de Outubro, e Diário da República n.º 53 de 04/03/1992, Série III, com sede em Rua Fernando nº1 2200-798 Rio de Moinhos. Tem como actividade principal o apoio social para pessoas idosas, sem alojamento tendo como objectivo desenvolver a actividade de apoio social para pessoas com alojamento bem como outras actividades associativas.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2011, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2011 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, para a Associação, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços e à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes, com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	5
Outros Ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".

3.2.2. Bens do Património Histórico e Cultural

A Associação não possuiu bens desta natureza.

3.2.3. Inventários

Os "*Inventários*" estão registados ao custo.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*

- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-01-2014	Aquisições /Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2015
Custo						
Terrenos e Recursos Naturais	0,00					0,00
Edifícios e Outras construções	301.452,91					301.452,91
Equipamento Básico	15.623,13					15.623,13
Equipamento de Transporte	64.543,13					64.543,13
Equipamento Biológico	0,00					0,00
Equipamento Administrativo	72.700,21					72.700,21
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.157,01					1.157,01
Total	455.476,39					455.476,39
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e Recursos Naturais	0,00			0,00		0,00
Edifícios e Outras construções	55.488,07			6.250,70		61.738,77
Equipamento Básico	14.611,53			494,26		15.105,79
Equipamento de Transporte	64.543,13			0,00		64.543,13
Equipamento Biológico	0,00			0,00		0,00
Equipamento Administrativo	69.202,54			2.202,14		71.404,68
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.157,01			0,00		1.157,01
Total	205.002,28			8.947,10		213.949,38

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Apuramento Custo Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas			
Descrição	Mercadorias	Materiais Diversos	Total
Inventário Inicial	0,00	1.012,74	1.012,74
Compras	27.239,59	525,00	27.764,59
Reclassificação e regularização de Inventário	0,00	0,00	0,00
Inventário Final	19,98	280,04	300,02
CMVMC	27.219,61	1.257,70	28.477,31

7. Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
	-	-
Prestação de Serviços - Matrículas e Mensalidades	50.443,62	46.183,34
	-	-
Quotas e Jóias	3.387,50	3.758,50
Total	53.831,12	49.941,84

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “*Subsídios do Governo*” e “*Apoios do Governo*”:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado	58.373,28	53.854,87
ISS-IP - Centros Distritais	58.373,28	53.854,87

Total	58.373,28	53.854,87

9. Benefícios dos empregados

Os órgãos directivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de 8 e em 31/12/2014 foi de 7.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
	-	-
Remunerações ao Pessoal	64.599,77	48.274,80
Encargos sobre as Remunerações	13.667,74	10.045,68
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	813,72	609,48
Outros Gastos com o Pessoal	536,76	486,27
Total	79.617,99	59.416,23

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Devedores por acréscimo de Rendimentos		
Mensalidades	184,67	
Quotas		
Total	184,67	0,00

11.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Diferimentos		
Gastos a Reconhecer	814,29	797,88
Rendimentos a reconhecer		
Total	814,29	797,88

11.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	580,63	273,51
Depósitos à ordem	10.166,54	3.528,43
	-	-
Total	10.747,17	3.801,94

11.4. Fundos Patrimoniais

Nos “*Fundos Patrimoniais*” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-01-2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2015
Fundos				
Excedentes Técnicos				
Reservas				
Resultados Transitados	-39.023,34	-1.046,31		-40.069,65
Excedentes de Revalorização				
Outras Variações Patrimoniais	-207.795,19		7.226,78	-200.568,41
Total	-246.818,53	-1.046,31	7.226,78	-240.638,06

11.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	3.558,12	3.427,84
Total	3.558,12	3.427,84

11.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Retenção de impostos sobre rendimentos		
Trabalho Dependente	335,00	284,00
Segurança Social	2.066,68	1.747,57
Reembolsos Pedidos	210,11	0,00
Total	2.401,68	2.031,57

11.7. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	-	66,83	-	-
	-	-	-	-
	-	-	-	-
Total	-	66,83	-	-

11.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Trabalhos Especializados	4.539,65	7.995,92
Publicidade	-	30,75
Vigilância e Segurança	-	27,68
Honorários	38,94	-
Conservação e Reparação	3.085,23	3.048,68
Serviços Bancários	69,50	53,48
Materiais	1.947,33	430,62
Energia e Fluidos	6.808,46	5.907,69
Deslocações e Estadas	316,40	218,37
Comunicação	1.362,04	1.365,64
Seguros	572,29	1.302,19
Outros	1.436,45	662,31
Total	20.176,29	21.043,33

11.9. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Outros Rendimentos e Ganhos	33.186,45	19.469,40
Total	33.186,45	19.469,40

11.10. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos		325,38
Outros Gastos e Perdas	3.271,75	1.272,49
Total	3.271,75	1.597,87

11.11. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e Gastos Similares Suportados		
Juros suportados	0,37	
Total	0,37	0,00

11.12. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

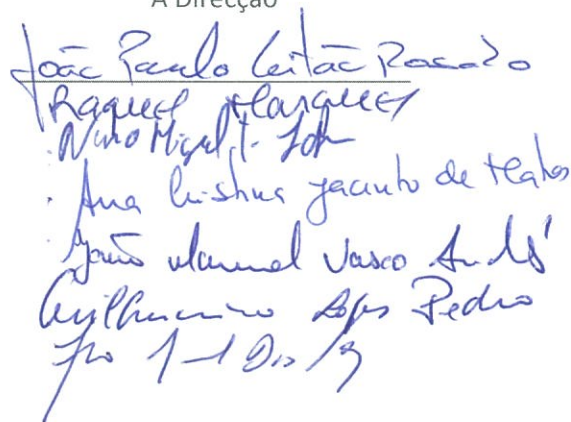
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pela Direcção 04 de Março de 2015.

Rio de Moinhos, 04 Março de 2015

O Contabilista Certificado



A Direcção



João Paulo Leitão Passado
 Raquel Marques
 Nuno Miguel - 10h
 Ana Lúcia Jacinto de Melo
 João Manuel Vasco André
 António Pedro
 1-10-13